



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO (Art. 6º, alínea “a”, XXIII da Lei nº 14.133/2021)

Aquisição de medicamentos injetáveis e material ambulatorial para ser utilizado nos atendimentos realizados aos pacientes cadastrados na Unidade Básica de Saúde, promovendo aos pacientes o acesso a tratamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2- INFORMAÇÕES RESUMIDAS

Secretaria Requisitante	Secretaria Municipal de Saúde
Objeto (resumido)	Aquisição de medicamentos injetáveis e material ambulatorial
Prazo para entrega	10 dias
Valor total estimado	R\$ 72.854,5785

3 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021)

Contratação de Empresa especializada para fornecimento de medicamentos injetáveis e materiais para uso ambulatorial, visando atender as necessidades dos pacientes cadastrados na Unidade Básica de Saúde.

Os parâmetros de estimativa de custos seguiram as diretrizes dos normativos do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da obtenção de cotações das mais diferentes fontes de forma a refletir os preços praticados no mercado, conforme planilha estimativa anexa a este documento, acompanhadas dos preços unitários referenciais e o tratamento estatístico; sendo que juntados aos autos constam os documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços. O quadro a seguir apresenta a estimativa de custo da contratação:

Nº do item	Descrição completa	Unidade	Quant	Valor unitário	Valor total
01	Água destilada estéril para injeção, ampola 10ml	ampola	1000	0,4267	426,7000
02	Antisséptico Água oxigenada, 3% de peróxido de hidrogênio 10 Volumes, embalagem de 1lt	litro	100	8,8767	887,6700
03	Bicarbonato de sódio 8,4%, ampola com 10ml	ampola	50	2,25	112,5000
04	Brometo de Ipratrópio 0,250mg/ml, solução para inalação(gotas), frasco com 20ml	frasco	50	2,9933	149,6650
05	Bromoprida injetável, 0,5mg/ml, ampola 2ml	ampola	500	2,71	1.355,0000
06	Benzetacil 1.200.000 U, ampola c/ 4 ml	ampola	500	7,05	3.525,0000
07	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml, ampola 1ml	ampola	1000	1,5667	1.566,7000
08	Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml e dipirona Monoidratada 500mg/ml injetável ampola 5ml, versão Hiospan composto	ampola	1000	3,2367	3.236,7000
09	Cetoprofeno solução injetável 50mg/ml, ampola de 2ml intramuscular	ampola	600	3,0850	1.851,0000



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



10	Cloridrato de Dopamina (xilestesin) 5mg/ml, ampola com 10 ml	ampola	100	7,9667	796,6700
11	Cloridrato de Lidocaína 2% sem vaso construtor, 20 ml/ml, ampola	frasco	50	10,6233	531,1650
12	Cloridrato de lidocaína e epinefrina 2% 20mg/ml - 20ml	frasco	50	12,1267	606,3350
13	Cloridrato de Metoclopramida 10mg/ml, ampola de 2ml, tipo halexistar, versão noprosil	ampola	500	1,0600	530,0000
14	Colagenase e Cloranfenicol 0,6UI/g + 0,01 g/g, 30g	unid	200	23,1050	4.621,0000
15	Cloridrato de lidocaína 2% geléia 30g	bisnaga	200	7,7600	1.552,0000
16	Complexo B, polivitamínico composto de cloridrato de tiamina (vit B1), riboflavina 5 fosfato de sódio (vit B2), cloridrato de piridoxina (vitB6), nicotinamina (vit PP), dexpantenol (pro-vit B5), expipientes (cloreto de sódio, fenol, água para injetáveis), ampola c/ 2ml	ampola	2500	1,5348	3.837,0000
17	Diazepan 10mg/2ml ampola, tipo hipolabor genérico	ampola	100	1,2600	126,0000
18	Dimenidrinato 50mg + Cloridrato de piridoxina 50mg - ampola 1ml - Dramin B6	ampola	200	17,2400	3.448,0000
19	Diclofenaco sódio 25mg/ml, ampola 3ml	ampola	1000	1,9600	1.960,0000
20	Diclofenaco Dietilamonio 1% Gel 60G	bisnaga	50	11,7933	589,6650
21	Dipirona monoidratada 1g, ampola com 2ml, uso intramuscular e intravenoso	ampola	1000	1,5400	1.540,0000
22	Epinefrina, adrenalina, 1mg/ml, ampola com 1 ml	ampola	100	2,0733	207,3300
23	Epitezan/regencel pomada oftálmica a base de acetato de retinol 10.000 UI aminoácidos 2,5% metionina 0,5% cloranfenicol 0,5%, 3,5g	bisnaga	100	16,9525	1.695,2500
24	Fosfato Dissônico de Dexametasona 4mg/ml ampola com 2,5 ml	ampola	500	3,0833	1.541,6500
25	Furosemida 20mg, ampola de 2ml	ampola	600	1,7050	1.023,0000
26	Frutovena, polivitamínico (complexo B e vitamina C)	ampola	150	10,2133	1.531,9950



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



27	Glicose 5% 10ml, uso intravenoso	ampola	300	3,4533	1.035,9900
28	Haloperidol tipo Haldol 5mg/ml	ampola	150	3,9200	588,0000
29	Manitol 20%, solução injetável endovenosa, embalagem de 250 ml	unid	100	19,0433	1.904,3300
30	Maxitrol, Dexametasona, sulfato de neomicina, sulfato de polimixina B, suspensão Oftálmica Estéril, frasco 5ml	frasco	50	31,0833	1.554,1650
31	Óleo cicatrizante tipo óleo de girassol, óleo cicatrizante curativo, base em ácidos graxos essenciais (ácido oleico, ácido linoléico e ácido linolênico), vitaminas A e E, para hidratar e prevenir feridas e escaras, frasco de 200ml	frasco	100	12,8933	1.289,3300
32	Rifamicina 10mg/ml spray 20ml	frasco	45	6,9633	313,3485
33	Solução glicofisiológica, glicose 50mg/ml + cloreto de sódio 9mg/ml 500ml	unid	500	10,1433	5.071,6500
34	Solução fisiológica de Ringer com lactato de sódio, cloreto de sódio 6mg/ml + cloreto de potássio 0,3 mg/ml + cloreto de cálcio 0,2 mg/ml + lactato de sódio 3mg/ml, embalagem para uso intravenoso de 500ml	bolsas	300	12,7267	3.818,0100
35	Sulfato de Terbutalina 0,5mg/ml, injetável, ampola com 1 ml	ampola	100	3,4533	345,3300
36	Succinato sódio de hidrocortisona 100mg, pó liófilo para solução injetável	ampola	300	6,3300	1.899,0000
37	Succinato sódio de hidrocortisona 500mg, pó liófilo para solução injetável	ampola	300	7,6667	2.300,0100
38	Sulfato de Atropina 0,25 mg/ ampola com 1ml	ampola	100	1,8167	181,6700
39	Sulfadiazina prata 1% 30mg creme/pomada	unid	300	31,5675	9.470,2500
40	Prometazina 50mg/ml, ampola com 2ml	ampola	300	4,2800	1.284,0000
41	Tramal/tramadol 50mg, ampola de 1ml	ampola	500	3,8950	1.947,5000
42	Ácido Tranexâmico injetável 250mg/5ml injetável	ampola	50	9,0400	452,0000
43	Vitamina K, 10mg	ampola	50	3,0400	152,0000



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



O custo estimado total da contratação é de **R\$ 72.854,5785 (Setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais, cinquenta e sete centavos e oitenta e cinco milésimos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações ([art. 25 do Decreto nº 11.462/2023](#)):

a)em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

b)em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c)serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

d)poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação
Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado no mercado correspondente, observando-se o disposto no [Decreto Municipal nº 150/2023 de 30 de agosto de 2023](#), que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Entre-Ijuís, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

4 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO **(Art. 6º, XXIII, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021)**

O objeto da contratação se encontra previsto nos itens listados abaixo, na Previsão Anual de Compras. (PAC), [Decreto Municipal nº 33 de 23 de janeiro de 2024](#), e aprovado pela Autoridade Competente pelo [Decreto Municipal nº 34 de 23 de janeiro de 2024](#).

Previsão Anual de Compras 2024

Prefeitura Municipal de Entre Ijuís

Publicado no site do Município <https://www.entreijuis.rs.gov.br/licitacao> e Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/famurs,

Material de Consumo - Material Farmacológico												
ITEM	DESCRIÇÃO	unid	ADM	SMAS	SMS	SMEC	FAZ	CMV	GAB	OBRAS	AGRIC	TOTAL
1	Água destilada estéril para injeção, ampola 10ml	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
4	Benzetacil 1.200.000 U, ampola com 4ml	unid	0	0	400	0	0	0	0	0	0	400
5	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml ampola 1ml	unid	0	0	500	0	0	0	0	0	0	500
6	Brometo de Ipratrópio 0,250mg/ml, solução para inalação(gotas), frasco com 20ml	unid	0	0	50	0	0	0	0	0	0	50
8	Bicarbonato de sódio 8,4%, ampola com 10ml	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
9	Bromoprida injetável, 0,5mg/ml, ampola 2ml	unid	0	0	500	0	0	0	0	0	0	500
10	Butilbrometo de Escopolamina 4mg/ml e Dipirona Monoidratada	unid	0	0	400	0	0	0	0	0	0	400



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



	500mg/ml injetável, ampola com 5 ml											
11	Cetoprofeno solução injetável 50mg/ml, ampola de 2ml	unid	0	0	900	0	0	0	0	0	0	900
13	Cloreto de sódio 0,9% ampola de 10ml	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
14	Cloridrato de Dopamina (xilestesin) 5mg/ml, ampola com 10 ml	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
15	Cloridrato de lidocaína 2% geléia 30g	unid	0	0	200	0	0	0	0	0	0	200
16	Cloridrato de lidocaína sem vaso construtor, 20 ml/ml, ampola com 20ml	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
17	Cloridrato de lidocaína e epinefrina, 20ml	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
18	Cloridrato de metoclopramida 10mg/ml, ampola de 2ml	unid	0	0	500	0	0	0	0	0	0	500
20	Colagenase e cloranfenicol 0,6UI/g + 0,01g/g 30g	unid	0	0	200	0	0	0	0	0	0	200
21	Colírio Anestésico, cloridrato de tetracaína 1% e cloridrato de fenilefrina 0,1%, solução oftálmica estéril, frasco de 10ml	unid	0	0	200	0	0	0	0	0	0	200
22	Complexo B, polivitaminico composto ampola com 2ml	unid	0	0	500	0	0	0	0	0	0	500
23	Oleo cicatrizante tipo óleo de girassol 100ml	unid	0	0	50	0	0	0	0	0	0	50
24	Dexametasona Injetavel	unid	0	0	400	0	0	0	0	0	0	400
25	Diazepan 10mg/2ml ampola	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
26	Dipirona Monoidratada 1g, ampola com 2ml, uso intramuscular e intravenoso	unid	0	0	500	0	0	0	0	0	0	500
27	Diclofenaco Sódico pomada	unid	0	0	50	0	0	0	0	0	0	50
28	Diclofenaco Sódico 25mg/ml ampola 3 ml	unid	0	0	400	0	0	0	0	0	0	400



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



29	Dramin B6	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
31	Epinefrina, adrenalina, 1mg/ml, ampola com 1 ml	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
32	Epitezan/regencel pomada oftálmica	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
35	Furosemida 20mg, ampola de 2ml	unid	0	0	400	0	0	0	0	0	0	400
36	Glicose 5% 10ml	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
37	Glicose 5% 100ml, uso intravenoso	unid	0	0	200	0	0	0	0	0	0	200
40	Manitol 20%, solução injetável endovenosa, embalagem de 250 ml	unid	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41	Maxitrol,suspensão Oftálmica Estéril	unid	0	0	60	0	0	0	0	0	0	60
45	Prometazina 50mg/ml, ampola com 2ml	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
46	Rifocina spray	unid	0	0	40	0	0	0	0	0	0	40
47	Ringuer Lactato 250ml	unid	0	0	80	0	0	0	0	0	0	80
48	Succinato sódico de hidrocortisona 100 mg pó liófilo para solução injetavel	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
49	Succinato sódico de Hidrocortisona 500 mg pó liófilo para solução injetavel	unid	0	0	300	0	0	0	0	0	0	300
50	Sulfadiazina prata 1% 30g creme/pomada	unid	0	0	400	0	0	0	0	0	0	400
51	Sulfato de Atropina 0,25 mg/ ampola com 1ml,	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
52	Solução fisiológica de Ringer 500ml.	unid	0	0	80	0	0	0	0	0	0	80
59	Solução Glicofisiológica, glicose 50mg/ml + cloreto de sódio 9 mg/ml 500ml	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



60	Sulfato de Terbutalina 0,5mg/ml, injetável ampola com 1 ml	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
61	Tramal / tramadol 50mg, ampola 1ml	unid	0	0	400	0	0	0	0	0	0	400
62	Ácido Tranexâmico injetável 250mg/5ml injetável	unid	0	0	50	0	0	0	0	0	0	50
63	Vitamina K	unid	0	0	100	0	0	0	0	0	0	100
65*	Sulfato de salbutamol 5mg, solução para nebulização 10ml	unid	0	0	20	0	0	0	0	0	0	20
66*	Haldol 5mg/ml ampola	unid	0	0	150	0	0	0	0	0	0	150
67*	Frutovena, polivitaminico	unid	0	0	150	0	0	0	0	0	0	150

Como rege a [Lei nº. 14.133/21](#), a Futura e Eventual Aquisição de medicamentos injetáveis e material ambulatorial para Secretaria de Saúde, Prefeitura de Entre-Ijuís/RS, de acordo com o Termo de Referência, é de natureza continuada, e possui a necessidade de realização de procedimento licitatório anualmente.

A aquisição Secretaria de Saúde é para manter as condições adequadas das atividades da Secretaria de Saúde no atendimento aos usuários, promovendo assim saúde com provisão de atenção continua integral, de qualidade, responsável e humanizada.

Alguns destes materiais e injetáveis são para atender e assistir usuários do SUS que através de comprovação ou indicação médica e parecer social se adéquam nas normas de assistência do SUS, essências para a manutenção da qualidade de vida de pacientes portadores de necessidades especiais. A Presente contratação é de natureza continuada.

A vigência contratual é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preço. O fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado no Município de Entre-Ijuís/RS, em até de 10 (dez) dias da ordem de fornecimento.

Correrão por conta da Empresa CONTRATADA todas as despesas como: seguros, frete, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários dos funcionários, materiais e outros decorrentes da execução do objeto.

As quantidades acima representam apenas estimativas efetuadas pelo Município, o qual não estará obrigado a consumir as referidas quantidades, podendo demandar quantidades menores, sem que a licitante vencedora detentora da ARP possa pleitear qualquer custo.

O aceite deste serviço somente se dará ao completo atendimento dos requisitos e normas apontadas na descrição acima.

5 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “c” e Art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na utilização da Secretaria Municipal da Saúde.

A solução envolve a aquisição de medicamentos injetáveis e material ambulatorial, para uso nos atendimentos aos pacientes, com o objetivo principal do atendimento ambulatorial é resolver as queixas dos pacientes. É de praxe, portanto, que ele siga uma linha lógica, em que o paciente procure o médico com algum sintoma e seja examinado ou tratado.

O resultado que a Administração visa alcançar com esta contratação é garantir o acesso da população a medicações durante os atendimentos realizados na Unidade e o cuidado de enfermagem ambulatorial que é uma prestação de serviço de saúde a indivíduos por meio da consulta de enfermagem. Possibilitar que o



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



paciente receba a terapia medicamentosa mais adequada. Permitir que a farmácia adquira o medicamento necessário para que o tratamento do paciente seja o mais adequado e não seja interrompido

Tendo em vista atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Entre-Ijuís, esses atendimentos envolvem todos os serviços médicos que podem ser realizados em ambulatório, ou seja, não precisam de internação e podem ser finalizados em até 12 horas. Sendo assim, o atendimento ambulatorial é aquele que cobre todos esses procedimentos.

A modalidade de atuação realizada pelo pessoal de saúde a pacientes no ambulatório, em regime de não internação. O tratamento ambulatorial é aquele em que o paciente passa o dia recebendo todo o suporte necessário para a sua saúde, com profissionais das mais diferentes áreas. Neste tipo de tratamento ele não precisa se afastar de seu convívio com seus familiares e deixar de executar as suas atividades do dia a dia.

Atendimento ambulatorial é aquele que se limita aos serviços exequíveis em consultórios ou ambulatórios que, embora não necessitem de internação, podem eventualmente demandar o apoio de estruturas hospitalares, sem ultrapassar o período de 12 horas.

PARCELAMENTO DO OBJETO

A adjudicação da presente contratação será **POR ITEM** em obediência a [sumula 247 do TCU](#): () É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade, (..)

SUSTENTABILIDADE

Na presente contratação foram aferidos critérios de sustentabilidade visto que o objeto não trará qualquer impacto ambiental.

A sustentabilidade tornou-se uma preocupação crescente em diversos setores, incluindo no setor farmacêutico, devido aos impactos ambientais e sociais relacionados às atividades dessas empresas. A promoção da saúde, por sua vez, visa melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. A sustentabilidade e a promoção da saúde são duas questões fundamentais no setor farmacêutico, que têm recebido cada vez mais atenção nos últimos anos. O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre sustentabilidade no setor farmacêutico e promoção da saúde.

Os resultados obtidos mostram que é essencial que as políticas de saúde e de sustentabilidade sejam integradas, buscando abordagens que promovam a saúde das pessoas de forma sustentável, considerando o impacto ambiental e social das ações realizadas. Ao adotar práticas sustentáveis, as empresas do setor farmacêutico podem reduzir seu impacto ambiental e contribuir para a saúde global. Integrar a sustentabilidade à promoção da saúde é essencial para alcançar uma sociedade mais saudável e sustentável em longo prazo.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XVIII alínea "h", da Lei nº 14.133/2021)

Trata-se de bem comum, com fornecimento de material em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#) e [Decreto Municipal nº 01 de 03 de janeiro de 2023](#).

7 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XVIII alínea "d", da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos [termos do art. 105 da Lei 14.133/21](#).

A presente contratação adotará ao regime de empreitada por Preço Unitário

Da subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII alínea "e" da Lei nº 14.133/2021)



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Os serviços que tratam o presente Termo de Referência deverão ser executados com zelo e destreza e deverão ser realizados na sede da Secretaria de Saúde;

Os serviços compreendem:

- consultas e exames.
- atendimento telefônico.
- atendimento ao público.
- atendimento ao paciente.
- guias de exames.

O ambulatório cumpre quatro funções essenciais: assistencial, educacional, supervisional e pesquisa. A função assistencial é desempenhada por uma equipe multiprofissional, que atua de maneira interdisciplinar e especializada no manejo clínico dos usuários.

A Atenção Primária a Saúde determinadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), correspondem a um conjunto de serviços disponíveis para os indivíduos e são diferenciados pelo nível de complexidade do caso. O ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL: será pelo médico que fez o 1º atendimento ou por um especialista adequado ao paciente. O paciente deverá ser encaminhado à recepção do ambulatório da UBS, por escrito, para ter sua consulta de retorno agendada.

O enfermeiro deve orientar o paciente quanto a sua doença, etiologia, controle e cuidados físicos.

Atividades desenvolvidas:

- elaboração de um plano de trabalho específico para o diabético.
- realização de discussão com a participação de pacientes.

Trata-se do atendimento de um paciente único, com consequentes necessidades e características únicas e específicas, a ser levadas em conta no momento da dispensação.

Os materiais compreendem:

ITEM	Quantidade	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Figuras ilustrativas
01	1000	ampola	Água destilada estéril para injeção, ampola 10ml	
02	100	litro	Antisséptico Água oxigenada, 3% de peróxido de hidrogênio 10 Volumes, embalagem de 1lt	
03	50	ampola	Bicarbonato de sódio 8,4%, ampola com 10ml	
04	50	ampola	Brometo de Ipratrópio 0,250mg/ml, solução para inalação(gotas), frasco com 20ml	



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



05	500	litro	Bromoprida injetável, 0,5mg/ml, ampola 2ml	
06	500	ampola	Benzetacil 1.200.000 U, ampola c/ 4 ml	
07	1000	ampola	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml, ampola 1ml	
08	1000	litro	Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml e dipirona Monoidratada 500mg/ml injetável ampola 5ml, versão Hiospan composto	
09	600	ampola	Cetoprofeno solução injetável 50mg/ml, ampola de 2ml intramuscular	
10	100	ampola	Cloridrato de Dopamina (xilestesin) 5mg/ml, ampola com 10 ml	
11	50	litro	Cloridrato de Lidocaína 2% sem vaso construtor, 20 ml/ml, ampola	
12	50	ampola	Cloridrato de lidocaína e epinefrina 2% 20mg/ml - 20ml	



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍ

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



13	500	ampola	Cloridrato de Metoclopramida 10mg/ml, ampola de 2ml, tipo halexistar, versão noprosil	
14	200	litro	Colagenase e Cloranfenicol 0,6UI/g + 0,01 g/g, 30g	
15	200	ampola	Cloridrato de lidocaína 2% geléia 30g	
16	2500	ampola	Complexo B, polivitamínico composto de cloridrato de tiamina (vit B1), riboflavina 5 fosfato de sódio (vit B2), cloridrato de piridoxina (vitB6), nicotinamina (vit PP), dexpantenol (pro-vit B5), excipientes (cloreto de sódio, fenol, água para injetáveis), ampola c/ 2ml	
17	100	litro	Diazepan 10mg/2ml ampola, tipo hipolabor genérico	
18	200	ampola	Dimenidrinato 50mg + Cloridrato de piridoxina 50mg - ampola 1ml - Dramin B6	
19	1000	ampola	Diclofenaco sódio 25mg/ml, ampola 3ml	
20	50	litro	Diclofenaco Dietilamonio 1% Gel 60G	
21	1000	ampola	Dipirona monoidratada 1g, ampola com 2ml, uso intramuscular e intravenoso	
22	100	ampola	Epinefrina, adrenalina, 1mg/ml, ampola com 1 ml	
23	100	litro	Epítezan/regencil pomada oftálmica a base de acetato de retinol 10.000 UI aminoácidos 2,5% metionina 0,5% cloranfenicol 0,5%, 3,5g	



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



24	500	ampola	Fosfato Dissônico de Dexametasona 4mg/ml ampola com 2,5 ml	
25	600	ampola	Furosemida 20mg, ampola de 2ml	
26	150	litro	Frutovena, polivitamínico (complexo B e vitamina C)	
27	300	ampola	Glicose 5% 10ml, uso intravenoso	
28	150	ampola	Haloperidol tipo Haldol 5mg/ml	
29	100	litro	Manitol 20%, solução injetável endovenosa, embalagem de 250 ml	
30	50	ampola	Maxitrol, Dexametasona, sulfato de neomicina, sulfato de polimixina B, suspensão Oftálmica Estéril, frasco 5ml	
31	100	ampola	Óleo cicatrizante tipo óleo de girassol, óleo cicatrizante curativo, base em ácidos graxos essenciais (ácido oleico, ácido linoléico e ácido linolênico), vitaminas A e E, para hidratar e prevenir feridas e escaras, frasco de 200ml	
32	45	litro	Rifamicina 10mg/ml spray 20ml	



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



33	500	ampola	Solução glicofisiológica, glicose 50mg/ml + cloreto de sódio 9mg/ml 500ml	
34	300	ampola	Solução fisiológica de Ringer com lactato de sódio, cloreto de sódio 6mg/ml + cloreto de potássio 0,3 mg/ml + cloreto de cálcio 0,2 mg/ml + lactato de sódio 3mg/ml, embalagem para uso intravenoso de 500ml	
35	100	litro	Sulfato de Terbutalina 0,5mg/ml, injetável, ampola com 1 ml	
36	300	ampola	Succinato sódio de hidrocortisona 100mg, pó liófilo para solução injetável	
37	300	ampola	Succinato sódio de hidrocortisona 500mg, pó liófilo para solução injetável	
38	100	litro	Sulfato de Atropina 0,25 mg/ ampola com 1ml	
39	300	ampola	Sulfadiazina prata 1% 30mg creme/pomada	
40	300	ampola	Prometazina 50mg/ml, ampola com 2ml	
41	500	litro	Tramal/tramadol 50mg, ampola de 1ml	
42	50	ampola	Ácido Tranexâmico injetável 250mg/5ml injetável	



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



43	50	ampola	Vitamina K, 10mg	
----	----	--------	------------------	---

A entrega dos materiais será na Secretaria Municipal de Saúde de Entre-Ijuís, Rua Bráulio Mario Ribas, 447, CENTRO, Entre-Ijuís/RS. Prédio da Secretária Municipal de Saúde.

O prazo de entrega dos bens não superior a 10 (dez) dias, contados da assinatura do Termo de Contrato, se for o caso ou do recebimento da Nota de Empenho (NE) e termo de recebimento.

Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, devendo ser identificados com informações detalhadas em português, tais como especificação, quantidade, lote, prazo de validade e registro emitido pela ANVISA, quando aplicável;

O acondicionamento e o transporte dos produtos farmacêuticos devem observar as normas estabelecidas pela [Resolução/ ANVISA n. 329 de 22/7/1999](#), que institui o Roteiro de Inspeção para transportadoras de medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

Por ocasião da entrega efetiva na unidade requisitante, o prazo de validade do produto não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo de validade do fabricante impresso na embalagem;

O produto, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de não conformidades, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como outras alterações que comprometam a estabilidade, qualidade, eficácia e a segurança do produto;

Os medicamentos entregues pelo fornecedor, armazenados em condições normais de estocagem e dentro do prazo de validade, que apresentarem alterações, deterioração ou perda das características, deverão ser trocados por conta e ônus do Licitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da comunicação pela Comissão/ Servidor designado da unidade participante.

Nos casos de produtos interditados ou que tenham seu uso suspenso pela ANVISA, a empresa deverá trocar o produto, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus à Contratante

O recebimento do objeto será realizado nos termos do [artigo 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

A entrega deverá ser feita nos horários de expediente, agendada previamente com o responsável pelo setor de compras da secretaria municipal de saúde, o servidor **ERIK FELIPE BESKOW – CPF:036966730-13 - telefone (55) 2120-2796**.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Satisfeitas as condições de verificação do objeto, o Termo de Recebimento será substituído por “aceite” do fiscal responsável, no verso da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), que será(ão) encaminhada(s), para liquidação.

9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Obriga-se a empresa vencedora:

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

11 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XVIII alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da *Lei nº 14.133, de 2021*, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89.971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput*).

Fiscalização técnica: FLAVIA VIERA ROSA - CPF:022517960-10

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI*);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (*Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II*);

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III*);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV*).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V*).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII*).

Fiscalização Administrativa: ERIK FELIPE BESKOW - CPF:036966730-13

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (*Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022*).

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV*).

Gestor do Contrato: WALQUIRIA KESSLER MOSCON- CPF: 894622620-04

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV*).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II*).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III*).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII*).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o *art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021*, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X*).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (*Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI*).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12– DO REAJUSTE (Art. 136 da Lei nº 14.133/2021)

Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

O reajuste será realizado por apostilamento.

Igualmente, o contrato/Ata poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13– ALTERAÇÕES DO CONTRATO (Art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021)

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do *Art. 124 da Lei nº 14.133/2021*.

Nas alterações unilaterais a que se refere o *inciso I do caput do art. 124 desta Lei nº 14.133/2021* o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), *art. 125 do caput da Lei 14.133/2021*.

14 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (Art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública não deverão ostentar especificações e características excessivas às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

O prazo de garantia é de 12 meses, contados do recebimento do material. Caso o fornecedor possua uma garantia maior do que a determinada no presente Termo de Referência, prevalecerá a maior.

15 – DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS (Art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

-O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

-Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XVIII alínea "j", da Lei nº 14.133/2021)

As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento, na seguinte dotação orçamentária:

08.01 – SEC MUN DA SAÚDE

103010804.2097000 – MANUTENÇÃO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

103010801.2105000 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

103010801.2093000 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

103010801.2115000 – PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

-Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- m) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- n) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei](#));
- o) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021](#));
- p) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021](#))

-Multa:

q) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

r) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º da Lei 14.133/21](#))

-Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º da Lei 14.133/21](#)).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei 14.133/21](#))

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º da Lei 14.133/21](#)).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



-A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

-Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º da Lei 14.133/21](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

-Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei 14.133/21](#))

-A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

-A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEISA) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei 14.133/21](#))

-As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

18 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XVIII alínea “g”, e arts. 92 e 141 da Lei nº 14.133/2021)

LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

PREÇO

-O valor total da contratação é de **R\$ 72.854,5785 (Setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais, cinquenta e sete centavos e oitenta e cinco milésimos),**

-No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

FORMA DE PAGAMENTO:

-O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

-Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PRAZO DE PAGAMENTO

-O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

-Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

-No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

-A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

-Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

-O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

-Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



-A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

-Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

-Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

-Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

-Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

-Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

-Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

-O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 141 alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na [Lei n. 14.133/2021](#), que culminará com a seleção da proposta de **menor preço global do item** dentre as propostas válidas.

HABILITAÇÃO

1-Habilitação jurídica:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- Cédula de identidade e CPF** do proprietário e dos respectivos sócios se houver;
- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

2-Regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; Declaração Conjunta - Anexo III.

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) O fornecedor enquadrado como **microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n.123 DE 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.**

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

h) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**

i) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**

j) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**

l) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

3-Qualificação Econômico-Financeira.

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c) Como trata-se de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como **microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. ([Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015](#));**

4-Qualificação Técnica

Para comprovação da qualificação técnica, a contratada deverá apresentar comprovação de que atende as especificações elencadas neste termo de referência, nos termos do ([art. 67, §1º da lei 14.133/22](#)).

a) Folder, prospecto ou documento com foto ilustrativa, descritivo das funções e/ou especificação técnica do produto cotado.

b) A descrição do objeto ofertado que comprove as características mínimas exigidas no objeto, marca, modelo referências e outros dados técnicos;

c) Apresentação de no mínimo 01 (um) **atestado de qualificação técnica mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do total de itens cotados na proposta, similar ou do mesmo ramo de atividade econômica, acompanhado de cópias do contrato administrativo ou Nota Fiscal, afim de que se averigue a veracidade do atestado, e devidamente registrado em órgão competente. Não serão considerados atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo empresarial ou de qualquer outra natureza.**

d) O(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) deverá(ão) se referir a materiais ou



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ENTRE-IJUÍS

Rua Francisco Richter, 601
CNPJ: 89 971.782/0001-10
Visite São João Batista – 6ª Redução Jesuítica Guarani
E-mail: marta@pmei.rs.gov.br – Fone: 2120-2779
<http://www.entreijuis.rs.gov.br>



serviços, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, bem como no cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB.

5-Proposta

a) As propostas deverão conter o item cotado, quantidades, preços unitários e totais, expressos em reais (prevalecerá em casos de divergência entre o preço total e o unitário, o valor ofertado como preço unitário, e, no caso de divergência entre o valor em algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso); e, quando cabível: tipo de embalagem, peso, marca e modelo.

b) A quantidade de unidades a ser cotada deverá ser igual ao quantitativo total respectivo para cada item.

c) Na elaboração da proposta e no preço ofertado deverão ser observadas as especificações requeridas, os requisitos da contratação e estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do objeto, incluindo impostos, taxas, embalagem, seguros, garantia, frete, descarga no local de entrega, montagem e outros necessários à perfeita execução contratual.

6) Pesquisa de Preços:

a) A pesquisa de preços foi realizada com base em ampla pesquisa de mercado com fornecedores do ramo, bem como através de ata de RP de outros órgãos públicos na forma do [art. 23, incisos I a IV da lei federal 14.133/2021](#), e, ainda, em consonância com o [Decreto Municipal de nº 150/2023 de 03/08/2023](#) "Que regulamenta a pesquisa de preços no âmbito municipal".

20 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

O preço proposto pela empresa licitante, contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

AUSÊNCIA DE FRACIONAMENTO. A unidade demandante não contratou, para o curso do presente exercício, objeto de idêntica natureza, inexistindo desse modo configuração de fracionamento de despesa.

Conforme [IN Seges/ME 81/2022, Art. 10](#) não se verifica a necessidade de classificar este TR nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Consta como Anexo a este Termo de Referência a Planilha estimativa de custo e documentos de suporte à pesquisa de preços, nos termos da [alínea i, inciso XXIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021](#).

21 – DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Município de Entre-Ijuís, por escrito, num prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a entrega da proposta de preço e dos documentos de habilitação, endereçado à Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, à Rua Francisco Richter, 601 – Centro – CEP: 98855-000 – Entre-Ijuís/RS. As respostas serão enviadas às empresas em até 01 (um) dia útil antes do prazo de entrega das propostas. O resultado será enviado através de endereço eletrônico (E-mail). Como forma de agilizar este processo, as licitantes deverão indicar, caso possuam, seu endereço eletrônico na Internet. A consulente deverá indicar, na abertura do texto da mensagem, o número da Licitação a que se refere a consulta.

Entre-Ijuís, 22 de Maio de 2024

Walquiria Kessler Moscon
Responsável pela elaboração do TR
Secretária da Saúde